

SINPEEM não assinou o Protocolo de Negociação Página 6

JORNAL DO

JUNHO DE 2013 – ANO 17 – Nº 130
FILIA DO À CNTE, À CUT E AO DIEESE

SINPEEM



Precatórios: sindicato orienta associados sobre fraudes Página 13



Foram 22 dias de greve, com participação significativa dos associados ao SINPEEM e da Aprofem nos atos e assembleias realizados para pressionar o governo a atender às reivindicações de valorização salarial e melhores condições de trabalho. Infelizmente, após várias reuniões o governo concedeu, além dos 10,19% conquistados em 2010, o governo aplicou somente 0,18% como revisão geral anual de remuneração na data-base de 2013, para o conjunto do funcionalismo. Com a nossa

luta e pressão, conseguimos reajuste linear para os próximos três anos, apresentação de propostas referentes às condições de trabalho, organização das escolas e pagamento dos dias parados. **Páginas 2 a 11**

Pressão do SINPEEM garante revisão geral entre 2014 e 2016
Página 9

Agentes escolares e auxiliares técnicos têm pisos equiparados
Página 10

SINPEEM participa do Fórum Municipal de Educação
Página 13

EDITORIAL

Revisão geral anual da remuneração é direito dos servidores e dever dos governos

Durante a campanha eleitoral o prefeito Haddad prometeu valorizar a educação e seus profissionais. Não só prometeu como, durante debate eleitoral, deixou claro que os reajustes de 10,19% e 13,43%, aprovados em Lei pela Câmara Municipal para os anos de em 2013 e 2014, respectivamente, eram direitos dos profissionais de educação e dever de cumprimento pelo poder público municipal, independentemente do prefeito.

Mas, bastou assumir a Prefeitura para esquecer esta promessa e tudo que havia dito.

Em fevereiro, Haddad vetou seis artigos do PL nº 310/2012, aprovado em dezembro do ano passado pela Câmara Municipal e que contou, inclusive, com os votos favoráveis de vereadores de seu partido.

Criação de duas referências, enquadramento dos aposentados em duas referências superiores às que se encontram atualmente, mudança da denominação do agente escolar para ATE, transformação do cargo de agente de apoio em agente escolar, enquadramento dos ATEs em três referências superiores às atuais estavam contemplados como direitos, dependendo apenas da sanção do prefeito Haddad, mas foram vetadas.

Além dos vetos às conquistas que dependeram de muita luta da categoria até serem aprovadas, mais frustração, indignação política e revolta foram geradas pela divulgação da decisão de realizar parcerias público-privadas para atender à demanda na educação infantil: a publicação da Portaria que dispõe sobre agrupamentos mistos e a responsabilização dos profissionais de educação pelo alto grau de absentismo por licenças médicas.

A demora em acomodar docentes que acumulam e em incompatibilidade de horários, indefinição em relação aos programas relacionados à inclusão e ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas, redução do valor do Programa de Transferência de Receitas Financeiras para as unidades e falta de pessoal nas unidades também causaram descontentamento da categoria.

Iniciada a campanha anual relativa à data-base, o quadro só agravou. Como sempre, entregamos a pauta de reivindicações aprovadas pelos associados nas instâncias do SINPEEM.

Em vez de instalar as negociações, respeitando as especificidades de cada setor de serviços, verbas vinculadas e o correspondente quadro profissional de servidores, o governo quis enquadrar tudo numa mesa denominada Central de Negociação. A partir daí, não foram poucas as acusações contra quem não concorda com suas propostas e propagandas caras e enganosas.

Afirmando que reverteria uma política salarial injusta, praticada nos últimos anos, o governo anunciou a extinção de reajustes lineares de 0,01% pelos próximos três anos e a fixação de novos pisos salariais para o pessoal dos Quadros dos Níveis Básico e Médio da Prefeitura, que resultariam em reajustes de 71,44% e 42% para agentes de apoio e agentes de políticas públicas, respectivamente.

Anunciou, também, que devolveria os reajustes contidos no Substitutivo ao PL nº 155, apresentado e apoiado pelas entidades sindicais de servidores municipais, que tramitava na Câmara Municipal desde 2012, fixando em 6,5%

a revisão geral anual dos servidores para a data-base de 2011 e 4,65% para 2012. Portanto, aplicaria 11,46% para todos os servidores como revisão geral linear dos vencimentos.

Do anúncio à efetivação, no entanto, houve uma distância enorme, que levou os profissionais de educação a declararem greve em assembleia realizada no dia 29 de abril, data em que ocorreu a última de uma série de cinco reuniões estabelecidas em comum acordo entre os representantes do governo e dos sindicatos. Não houve precipitação nem recusa do SINPEEM em buscar saída negociada, como alegou o governo.

A proposta de pisos, ainda que os valores indiquem avanços, incluíram na composição da remuneração os quinquênios, sexta parte e demais vantagens permanentes, resultando em índices menores do que os largamente anunciados e menor número de servidores beneficiados. O fim da política de 0,01% de reajuste pouco ou nada representou para os servidores, afinal o reajuste linear para 2013 foi fixado pelo prefeito Haddad em 0,18%.

O reajuste linear de 11,46% relativos às datas-base de 2011 e 2012, em determinado momento, deixou de existir, face à exigência do governo de que sua aplicação em três parcelas, a partir de maio de 2014, implicaria em renúncia por parte dos sindicatos em apresentar e lutar por qualquer demanda salarial até o final de 2016.

Não concordamos. Não assinamos o Protocolo de Negociação – infelizmente assinado por 26 entidades de servidores – e demos continuidade à greve para pressionar a Prefeitura a atender às reivindicações salariais da categoria e melhoria das condições de trabalho.

Com a nossa decisão de realizar a greve e lutar por valorização, educação de qualidade e condições de trabalho, o governo lançou mão de medidas autoritárias para não negociar e intimidar os grevistas. Mas a consciência da categoria e sua participação fizeram, ao final de 22 dias, o governo apresentar um conjunto de propostas relativas à organização das escolas, do ensino, condições de trabalho e reajuste linear para os próximos anos, sem prejuízo da apresentação e negociação de reposição de perdas, aumento real, reestruturações e valorização das tabelas de vencimentos, com readequação dos pisos remuneratórios.

No entanto, o prefeito não deixou de se contradizer, gastando dinheiro público para divulgar que concedeu reajuste de 10,19% que, durante a campanha eleitoral havia reconhecido como direito legal da categoria. Exerceu todos os tipos de intimidações, mas teve, ao final, de reconhecer o direito de greve e o pagamento dos dias parados.

Com certeza, os profissionais de educação realizaram um movimento por valorização profissional e em defesa de melhores condições de trabalho que, diante das atitudes e inverdades ditas pelo governo, se transformou em movimento pelos direitos e contra o autoritarismo.

As conquistas não foram do tamanho que desejávamos nem do que merecemos, mas, com certeza, ficou evidente que não aceitaremos inverdades, pressões e intimidações. A luta, com certeza, continua.

Educação sempre!

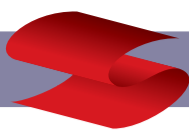
TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	861,52	917,51	977,15	1.040,66	1.108,30
QPE-02	917,51	977,14	1.040,66	1.108,30	1.180,33
QPE-03	977,14	1.040,66	1.108,30	1.180,33	1.257,06
QPE-04	1.040,66	1.108,30	1.180,33	1.257,06	1.338,76
QPE-05	1.108,30	1.180,33	1.257,06	1.338,76	1.425,78
QPE-06	1.180,33	1.257,06	1.338,76	1.425,78	1.518,45
* QPE-07	1.257,06	1.338,76	1.425,78	1.518,45	1.617,15
* QPE-08	1.338,76	1.425,78	1.518,45	1.617,15	1.722,26
* QPE-09	1.425,78	1.518,45	1.617,15	1.722,26	1.834,21
* QPE-10	1.518,45	1.617,15	1.722,26	1.834,21	1.953,43
* QPE-11	1.617,15	1.722,26	1.834,21	1.953,43	2.080,40
* QPE-12	1.722,26	1.834,21	1.953,43	2.080,40	2.215,62
* QPE-13	1.834,21	1.953,43	2.080,40	2.215,62	2.359,64
* QPE-14	1.953,43	2.080,40	2.215,62	2.359,64	2.513,01
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	958,59	1.020,89	1.087,25	1.157,92	1.233,19
QPE-12	1.020,89	1.087,25	1.157,92	1.233,19	1.313,34
QPE-13	1.087,25	1.157,92	1.233,19	1.313,34	1.398,71
QPE-14	1.157,92	1.233,19	1.313,34	1.398,71	1.489,62
QPE-15	1.233,19	1.313,34	1.398,71	1.489,62	1.586,45
QPE-16	1.313,34	1.398,71	1.489,62	1.586,45	1.689,57
QPE-17	1.398,71	1.489,62	1.586,45	1.689,57	1.799,39
QPE-18	1.489,62	1.586,45	1.689,57	1.799,39	1.916,35
QPE-19	1.586,45	1.689,57	1.799,39	1.916,35	2.040,91
QPE-20	1.689,57	1.799,39	1.916,35	2.040,91	2.173,57
QPE-21	1.799,39	1.916,35	2.040,91	2.173,57	2.314,85
JBD – 30 horas/aula – Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	1.437,93	1.531,39	1.630,93	1.736,94	1.849,84
QPE-12	1.531,39	1.630,93	1.736,94	1.849,84	1.970,07
QPE-13	1.630,93	1.736,94	1.849,84	1.970,07	2.098,13
QPE-14	1.736,94	1.849,84	1.970,07	2.098,13	2.234,50
QPE-15	1.849,84	1.970,07	2.098,13	2.234,50	2.379,75
QPE-16	1.970,07	2.098,13	2.234,50	2.379,75	2.534,43
QPE-17	2.098,13	2.234,50	2.379,75	2.534,43	2.699,17
QPE-18	2.234,50	2.379,75	2.534,43	2.699,17	2.874,61
QPE-19	2.379,75	2.534,43	2.699,17	2.874,61	3.061,45
QPE-20	2.534,43	2.699,17	2.874,61	3.061,45	3.260,45
QPE-21	2.699,17	2.874,61	3.061,45	3.260,45	3.472,37
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
** QPE-11	1.917,16	2.041,77	2.174,48	2.315,82	2.466,34
** QPE-12	2.041,77	2.174,48	2.315,82	2.466,34	2.626,66
** QPE-13	2.174,48	2.315,82	2.466,34	2.626,66	2.797,39
** QPE-14	2.315,82	2.466,34	2.626,66	2.797,39	2.979,22
** QPE-15	2.466,34	2.626,66	2.797,39	2.979,22	3.172,86
** QPE-16	2.626,66	2.797,39	2.979,22	3.172,86	3.379,09
** QPE-17	2.797,39	2.979,22	3.172,86	3.379,09	3.598,73
** QPE-18	2.979,22	3.172,86	3.379,09	3.598,73	3.832,64
** QPE-19	3.172,86	3.379,09	3.598,73	3.832,64	4.081,76
** QPE-20	3.379,09	3.598,73	3.832,64	4.081,76	4.347,07
** QPE-21	3.598,73	3.832,64	4.081,76	4.347,07	4.629,63
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	2.556,34	2.722,50	2.899,46	3.087,92	3.288,64
QPE-12	2.722,50	2.899,46	3.087,92	3.288,64	3.502,40
QPE-13	2.899,46	3.087,92	3.288,64	3.502,40	3.730,05
QPE-14	3.087,92	3.288,64	3.502,40	3.730,05	3.972,50
QPE-15	3.288,64	3.502,40	3.730,05	3.972,50	4.230,71
QPE-16	3.502,40	3.730,05	3.972,50	4.230,71	4.505,70
QPE-17	3.730,05	3.972,50	4.230,71	4.505,70	4.798,57
QPE-18	3.972,50	4.230,71	4.505,70	4.798,57	5.110,47
QPE-19	4.230,71	4.505,70	4.798,57	5.110,47	5.442,65
QPE-20	4.505,70	4.798,57	5.110,47	5.442,65	5.796,42
QPE-21	4.798,57	5.110,47	5.442,65	5.796,42	6.173,18
QPE-22	5.110,47	5.442,65	5.796,42	6.173,18	6.574,44
J-40 horas / agentes de apoio e vigias					
B-1				755,00	
B-2				804,14	
B-3				856,37	
B-4				912,00	
B-5				971,33	
B-6				1.034,44	
B-7				1.101,67	
B-8				1.173,33	
B-9				1.249,53	
B-10				1.330,81	

Observação: tabelas com a aplicação dos seguintes índices:
 0,01%, referente a maio de 2011 (Lei nº 15.774/2013)
 0,82%, retroativo a novembro de 2011 (Lei nº 15.774/2013)
 0,01%, referente a maio de 2012 (Lei nº 15.774/2013)
 0,18%, referente a maio de 2013 (Lei nº 15.774/2013)
 10,19%, terceira parcela de incorporação do abono complementar de piso (Lei nº 15.215/2010)

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs / ** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

Importante: as tabelas do QPE foram calculadas pelo SINPEEM. Portanto, poderão ocorrer pequenas diferenças em relação às tabelas oficiais, ainda não publicadas no DOC.



■ DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

Reivindicações foram aprovadas e entregues ao governo em março



Como ocorre todos os anos, o SINPEEM iniciou a campanha salarial de 2013 em fevereiro, com aprovação da pauta de reivindicações pelos representantes sindicais eleitos por seus pares em seus locais de trabalho, pelo Conselho e pela assembleia dos associados ao sindicato.

Aprovado em todas as instâncias, o documento foi entregue pelo SINPEEM ao governo em março, com pedido de instalação do processo negocial, tendo em vista a data-base dos servidores públicos municipais, no mês de maio.

Pauta contempla todos os profissionais de educação

A pauta de reivindicações dos associados ao SINPEEM, aprovada em todas as instâncias do sindicato, contempla docentes, gestores e Quadro de Apoio com questões sa-

lariais, funcionais, organização das unidades e condições de trabalho, saúde do trabalhador, questões educacionais e de formação, administrativas gerais e combate à violência.

Conquistas obtidas em anos anteriores não constam da pauta entregue ao governo

Quando se compara a pauta de reivindicações entregue ao governo este ano com as de anos anteriores verifica-se que muitos itens ficaram de fora. São itens que, graças à nossa luta, se transformaram em direito e, portanto, conquistas obtidas pelo SINPEEM ao longo de sua história.

Organização da carreira docente em classes distintas, evolução funcional, adicional noturno, vale-refeição, auxílio-alimentação, realização periódica de concursos, aposentadoria especial de magistério para docentes e gestores readaptados, transformação do professor adjunto em titular, hora/atividade para professor de CEIs, reuniões pedagógicas nos CEIs, recesso e férias coletivas para a educação infantil (CEIs e Emeis), incorporação dos abonos complementares de pisos e da gratificação por regência, criação de cargos de assistente de diretor e ampliação da quantidade de referências para a tabela do Quadro de Apoio são algumas destas conquistas.

Para alcançá-las, sempre tivemos de lutar muito e algumas delas demoraram anos, passando por

várias administrações até que se tornassem direitos.

Assim, com algumas reivindicações deixam de constar da pauta, outras permanecem por anos até serem conquistadas. Outras são incluídas para que os direitos existentes sejam ampliados ou para atender às novas exigências impostas por alterações na organização do ensino, funcionamento das escolas ou mesmo impostas por mudanças nas exigências para o exercício profissional.

É o caso, por exemplo, da organização do ensino fundamental com duração de nove anos e iniciação aos seis anos de idade e a obrigatoriedade da educação infantil a partir dos três anos de idade. Isto impõe mudanças que implicam em apresentação de reivindicações da categoria e atendimento pelo governo. Este e outros exemplos justificam a presença na pauta que entregamos ao governo de reivindicações não constantes em pautas anteriores. Como sabemos que não basta incluir na pauta para ser atendido, sempre nos preparamos para organizar a categoria e lutar até conseguir, ainda que demore.



Representantes sindicais aprovaram a pauta em fevereiro

Prefeitura instalou o Sinp, mas queria impor o que negociar

A primeira reunião com o governo, inclusive com a participação do prefeito Haddad, foi realizada em 25 de março, quando teve início a discussão sobre a instalação do Sistema de Negociação Permanente da

Prefeitura de São Paulo (Sinp).

Na oportunidade, o prefeito afirmou que durante sua gestão não haveria perdas salariais e que as negociações com as entidades, iniciadas no dia 08 de abril seriam permanentes.

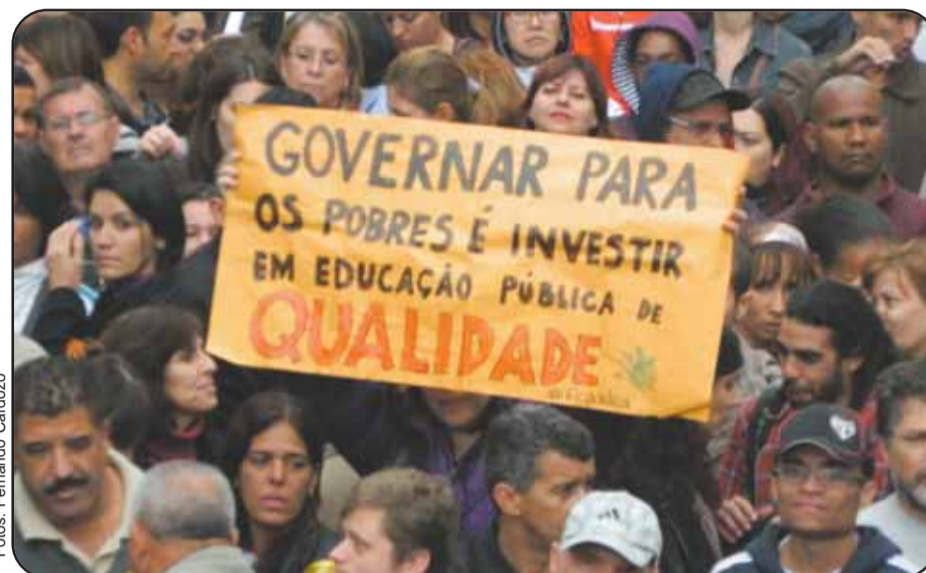
DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

15 de abril: entidades rejeitam propostas apresentadas pelo governo

Em reunião ocorrida em 15 de abril, o governo apresentou às entidades as seguintes propostas:

- estudo das perdas dos últimos oito anos de cada um dos cargos das carreiras de servidores da Prefeitura;
- apresentação dos estudos e de proposta de reposição em 22 de abril;
- reajuste geral, em maio de 2013, correspondente ao índice de inflação do período do governo Haddad: janeiro, fevereiro, março e abril;
- piso salarial do funcionalismo no valor de R\$ 755,00 para a jornada de 40 horas (o valor corresponde ao total da remuneração e não ao padrão inicial do agente de apoio – B-1).

Sem índice de revisão geral anual de remuneração, as entidades não aceitaram as propostas e ratificaram as reivindicações contidas na pauta unificada.



Fotos: Fernando Cardozo

Categoria reivindica valorização e melhores condições de trabalho

24 de abril: SINPEEM participa da 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

Filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o SINPEEM participou da 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, no dia 24 de abril, com ato em frente à sede da Prefeitura.

Entre as reivindicações do SINPEEM, em defesa dos direitos e reivindicações dos profissionais de educação da rede municipal de ensino de São Paulo, estão:

- melhores condições de trabalho;
- valorização profissional;
- valorização salarial;
- garantia de todos os direitos ao Quadro de Apoio;
- isonomia entre ativos e aposentados;
- derrubada do veto do prefeito Haddad ao Substitutivo do PL nº 310/2012;
- garantia de inclusão na Jeif e na JB a todos os professores que por elas optarem;
- realização urgente de concursos para o Quadro de Apoio;
- fim dos contratos de terceirização de serviços e de transferência de equipamentos educacionais para rede indireta;
- inclusão dos alunos deficientes e não apenas sua inserção, garantido apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais de educação, mediante estudo específico de acordo com as necessidades;
- autonomia da unidade escolar para cadastro, efetivação de matrículas e transferências de alunos;
- redução do número de alunos por sala/turma, inclusive da educação de jovens e adultos;
- cursos de formação para o quadro de apoio, com reconhecimento para enquadramento de evolução funcional;
- criação de um programa especial de formação e capacitação para os profissionais de educação, voltado para o trabalho com alunos que necessitem de atendimento especial e com dificuldade de aprendizagem;
- realização de levantamento de demanda e chamada pública para a educação de jovens e adultos;
- chamada urgente de professores aprovados em concurso público;
- revogação da obrigatoriedade de apresentação do registro no Cref para os professores de Educação Física;
- intervalo de 15 minutos para professores de CEIs.



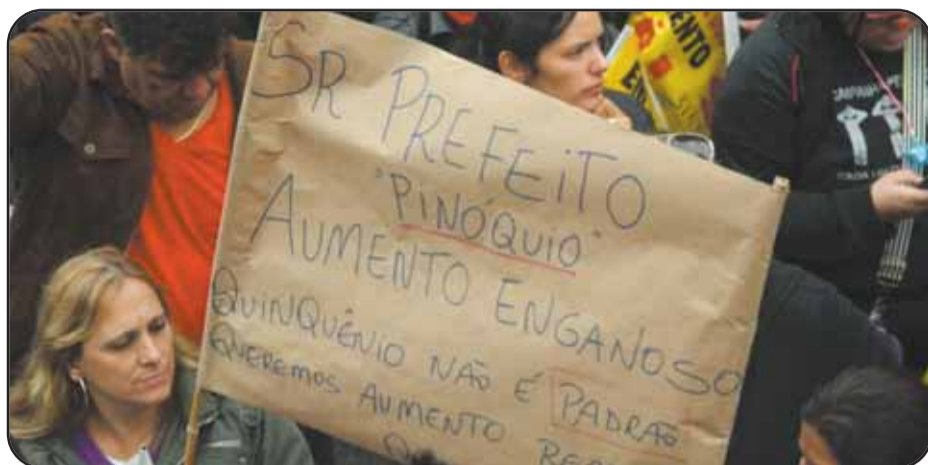
Fórum das Entidades unifica pauta sobre revisão anual da remuneração e política salarial

Além da aplicação do índice de 10,19%, conquistado pelo sindicato em 2010 e que consta em lei, o SINPEEM e as demais entidades que representam os servidores municipais apresentaram ao governo pauta unificada com os seguintes itens, sem que cada entidade abrisse mão de suas reivindicações nas mesas de negociações específicas:

- 1 - revisão geral anual da remuneração nos seguintes termos e percentuais:
 - a) 6,5%, relativo à revisão geral e retroativos a maio de 2011;
 - b) 4,65%, referente à revisão geral e retroativos a maio de 2012;
 - c) 5,37% relativo à revisão geral da data-base de 2013.
- 2 - cálculo e reposição de perdas salariais desde 2003;
- 3 - alteração da lei salarial para que as despesas com pessoal possam alcançar até 54% das receitas correntes líquidas da Prefeitura;
- 4 - fim das terceirizações e contratos de parcerias;
- 5 - realização de concursos para todos os cargos vagos da Prefeitura.

O governo então propôs às entidades um calendário com quatro reuniões de negociação para apresentação de contraproposta com quatro reuniões, nas seguintes datas: 15, 19, 22 e 29 de abril.

■ DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES



Assembleia decide, por unanimidade, iniciar a greve

29 de abril: novos valores de pisos para os Quadros dos Níveis Básico e Médio foi a principal resposta do governo às reivindicações dos servidores

Nas reuniões seguintes, o governo manteve o discurso de que não tinha recursos para conceder reajuste linear aos servidores com índices não inferiores à inflação.

No entanto, em 29 de abril, data em que a categoria realizou paralisação e assembleia geral, alterou a proposta inicial e apresentou às entidades a elevação dos pisos dos Quadros dos Níveis Básico e Médio da Prefeitura, conforme segue:

1 - padrão do nível básico da Prefeitura – agente de apoio:

- elevação do padrão inicial (NB-01) de R\$ 440,39 para R\$ 755,00;
- fixação do piso do agente de apoio em R\$ 1.132,50;
- pagamento de complemento de piso para todos os servidores com remuneração abaixo do novo valor de R\$ 1.132,50.

2 - padrão do nível médio da Prefeitura – agente de políticas públicas (AGPP):

- elevação do padrão inicial (NM-01) de R\$ 645,74 para R\$ 920,00;
- fixação do piso do AGPP em R\$ 1.380,00
- pagamento de complemento de piso para todos os servidores do Nível Médio que tem remuneração abaixo do novo valor de R\$ 1.380,00

11,46% em cinco parcelas de 2% a partir de 2014 e 0,82% de reajuste linear retroativo a novembro de 2011

Na mesma reunião, em 29 de abril, em resposta às reivindicações de reajuste linear para todos os servidores retroativo a 2011 e reposição de perdas, o governo propôs:

- 0,82% de reajuste a partir de maio de 2013;
- 11,46% em cinco parcelas iguais, da seguinte maneira:
 - 2% a partir de maio de 2014;
 - 2% a partir de maio de 2015;
 - 2% a partir de maio de 2016;
 - 2% a partir de maio de 2017;
 - 2% a partir de maio de 2018.

Assembleia geral rejeita propostas e aprova início da greve a partir de 03 de maio

Em assembleia geral, ocorrida também no dia 29 de abril, as propostas apresentadas pelo governo foram rejeitadas pelos mais de seis mil profissionais de educação associados ao SINPEEM.

Com a rejeição, a categoria decidiu decretar greve a partir do dia 03 de maio, após o governo ter afirmado que as negociações de conteúdo do Protocolo de Negociação haviam sido encerradas nesta data.

Governo reduz para três parcelas a aplicação dos 11,46%, mas condiciona a proposta à não apresentação de demanda salarial até 2016

Com a decisão de greve dos profissionais de educação, em reunião ocorrida em 02 de maio, na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, o governo Haddad apresentou alterações no Protocolo de Negociação, reduzindo de cinco para três parcelas a aplicação do índice de 11,46%, sendo:

- 3,68% a partir de maio de 2014;
- 3,68% a partir de maio de 2015;
- 3,68% a partir de maio de 2016.

No entanto, condicionou a proposta à não apresentação pelas entidades de qualquer demanda de reajuste até 2016.

As entidades rejeitaram a proposta e não assinaram o Protocolo de Negociação.



Fotos: Fernando Cardozo

Categoria teve participação ativa nas assembleias e passeatas

DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

03 de maio: profissionais de educação associados ao SINPEEM iniciam greve e realizam assembleia

Ao tomarem conhecimento das propostas apresentadas pelo prefeito Haddad, milhares de profissionais de educação da rede municipal

de ensino, convocados pelo SINPEEM, decidiram rejeitá-las, manter a greve da categoria e realizar nova assembleia geral no dia 08 de maio.

08 de maio: governo altera o Protocolo de Negociação e retira a proposta de 11,46%

Com a recusa das entidades em aceitar a proposta de reajuste total de 11,46%, divididos em três parcelas, com a condição de não apresentação de demanda de reajuste até 2016, no dia 07 de abril o governo retirou do Protocolo de Negociação a cláusula que garantia este aumento linear ao conjunto do funcionalismo, quando a maioria das entidades já indicava

que assinaria o acordo.

Desta forma, para 2013, a proposta do governo para os servidores públicos implicava em 0% de reajuste a título de revisão geral anual de salários.

Durante assembleia geral, em 08 de maio, os profissionais de educação associados ao SINPEEM decidiram manter a greve.

10 de maio: SINPEEM não assina o Protocolo de Negociação

Em mais uma rodada de negociação, realizada no dia 10 de maio, 26 das 29 entidades que participaram da reunião com o governo, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, assinaram o Protocolo de Negociação, justificando seu posicionamento por conta da proposta de elevação dos pisos dos Níveis Básico e Médio da Prefeitura.

O SINPEEM não assinou o documento, apesar de durante as negociações termos pressionado e conseguido fazer o governo melhorar os valores dos pisos apresentados em sua proposta inicial e garantir que os novos valores fossem apli-

cados também para os integrantes do Quadro de Apoio à Educação (agentes escolares e ATEs), além de auxiliares administrativos de ensino e auxiliares de secretaria.

A decisão do SINPEEM levou em consideração o não atendimento às reivindicações de reajuste geral anual apresentadas pelas entidades; a retirada do índice de 11,46% do Protocolo e a inclusão de quinquênios e sexta-parte no cálculo do valor bruto da remuneração para fins de pagamento do abono suplementar de piso.

Além do SINPEEM, também não assinaram o Protocolo a Aprofem e o Sinesp.

14 de maio: Aprofem se une ao SINPEEM para pressionar o governo

A atitude do governo de retirar do Protocolo de Negociação a aplicação de 11,46% como revisão geral de remuneração para o funcionalismo, somada a outros questionamentos, fizeram com que a Aprofem e o SINESP não assinassem o Protocolo. O mesmo que já havia sido decidido em assembleia do SINPEEM.

Sem assinar o Protocolo e atendendo ao convite do SINPEEM, feito também para as demais entidades, a Aprofem decidiu se juntar ao movimento organizado pelo SINPEEM, participando da assembleia que deliberou a continuidade da greve, em defesa das reivindicações da categoria e por melhorias das condições de trabalho.



Milhares de profissionais de educação tomam conta do Viaduto do Chá

17 de maio: governo altera propostas; profissionais de educação as consideram insuficientes e mantêm greve

O governo voltou a se reunir com os representantes das entidades sindicais e apresentou um novo Protocolo de Negociação. Além da elevação dos pisos dos Níveis Básico e Médio, apresentou como reajustes para o conjunto do funcionalismo:

- 0,01% (um centésimo por cento) a partir de 1º de maio de 2011;
- 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento) a partir de 1º de novembro de 2011;
- 0,01% (um centésimo por cento) a partir de 1º de maio de 2012;

Em assembleia conjunta, associados ao SINPEEM e à Aprofem consideraram a proposta apresentada pelo governo insuficiente e decidiram pela continuidade da greve.

Negociação na mesa setorial de educação também não avança

Também no dia 17, as cinco entidades que representam os profissionais de educação foram convocadas para reunião na SME. No entanto, frustrando as expectativas dos sindicalistas, nada de novo foi apresentado.

A reunião serviu apenas para o governo ratificar as propostas já apresentadas sobre o Prêmio de Desempenho Educacional e sobre a intenção de encaminhar o Projeto de Lei dispendo sobre a criação das duas referências para o Quadro do Magistério.

Na ocasião, o SINPEEM voltou a defender que para alcançar a última referência da tabela de vencimentos não seja exigido mais que 25 anos de exercício, os mesmos critérios utilizados atualmente para enquadramento por evolução funcional, enquadramento automático dos aposentados em duas referências superiores à que se encontram atualmente e redução do interstício de tempo para enquadramento por evolução funcional dos ATEs e agentes escolares.

■ DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

Prefeitura veicula propaganda anunciando reajustes que já são direito dos profissionais de educação

Com a finalidade de desviar a atenção, durante o nosso movimento o prefeito Haddad gastou o dinheiro que afirma não ter para valorizar e investir com urgência na melhoria das condições de trabalho, em propaganda na TV, anunciando que concedeu 10,19% de reajuste em 2013 e ainda aplicará mais 13,43% no próximo ano para todos os profissionais de educação.

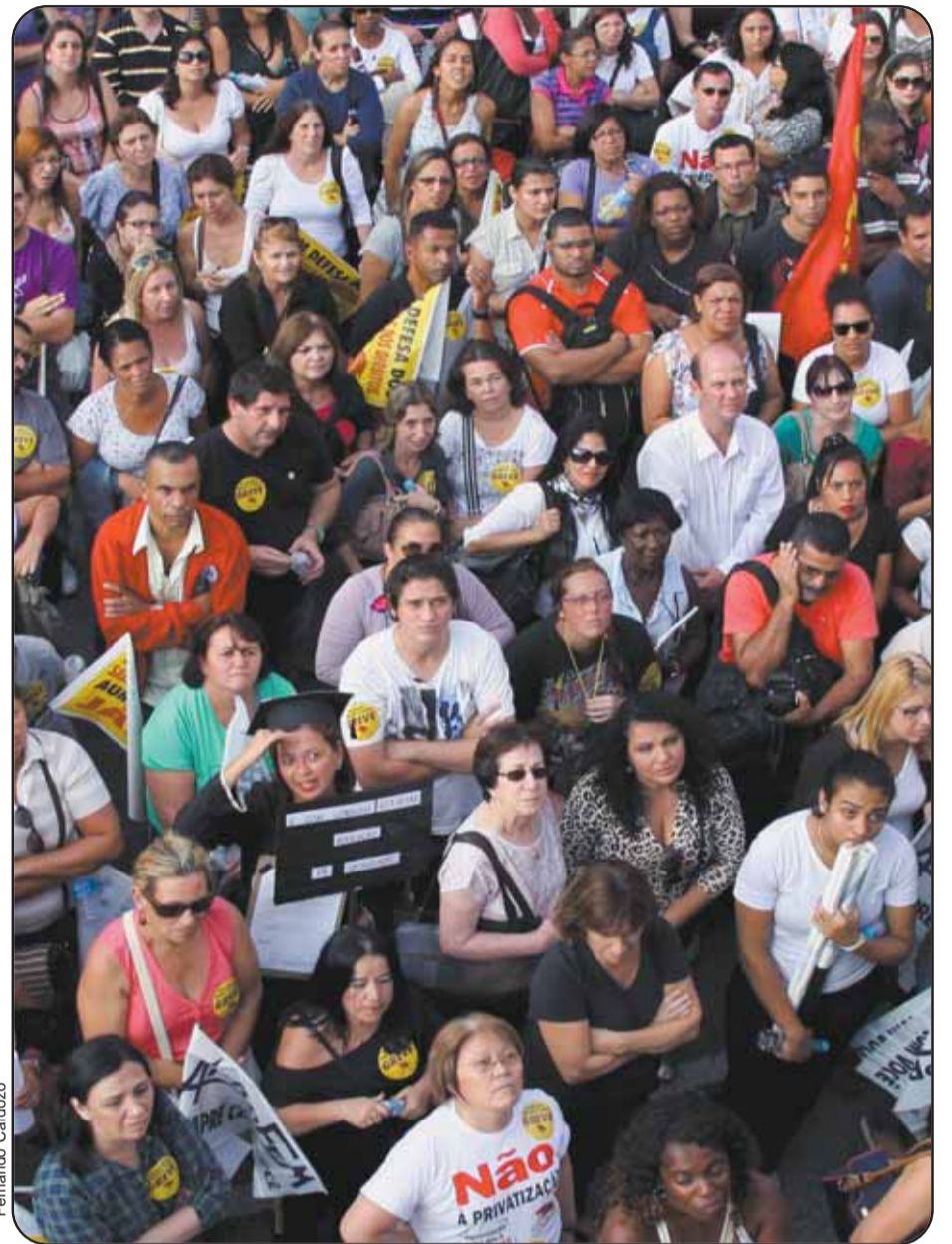
Pode, a custo de muito dinheiro, até enganar uma parte dos desavisados ou distantes do que acontece nos serviços públicos, em particular na educação. Os referidos índices correspondem às parcelas de reajustes conquistados em 2010 e 2011, que constam em Leis aprovadas pela Câmara Municipal.

Sequer cabe o argumento de que foi aprovado, mas quem paga é a administração atual. No orçamento da cidade para 2013 já consta a receita para aplicação dos 10,19%. Além disso, o prefeito que assume executa, por exemplo, serviços, obras e custeio contratados anteriormente. Não fosse verdade, poderiam os contribuintes não saldar dívidas de períodos anteriores

com a Prefeitura e o próprio prefeito estender seu raciocínio de que foram despesas contratadas anteriormente para não pagar empresas de serviços de limpeza, capeamento, manutenção etc.

Estranho que só use este argumento contra os profissionais de educação, já que ele mesmo, durante a campanha eleitoral, questionou o candidato adversário que afirmara que se eleito daria reajuste de 10,19% em 2013 e 13,43% em 2014. Na ocasião, Haddad, colocando as coisas no devido lugar, respondeu que estes índices já eram conquistas e direitos previstos em Leis.

Infelizmente, o prefeito se esqueceu rápido e agora assume o discurso de que concedeu estes índices para não atender às reivindicações de revisão geral de remuneração na data-base. Mais que isto, usa o argumento de que concedeu 10,19% e concederá mais 13,43% para desviar a atenção de que, na verdade, aplicou apenas 0,18% como revisão geral para todos os profissionais de educação e demais servidores a partir de 01 de maio de 2013.



Categoria resiste às ameaças de não pagamento dos dias parados

21 de maio: categoria decide continuar greve, mesmo diante de ameaças e pressões de apontamento das faltas e desconto dos dias parados

Após 19 dias de greve os profissionais de educação associados ao SINPEEM e à Aprofem decidiram, em assembleia geral conjunta, rejeitar as propostas apresentadas pelo governo e manter a greve iniciada em 03 de maio, em defesa dos seus direitos e reivindicações. A decisão foi tomada mesmo com as ameaças por parte do governo de descontar os dias parados e da pressão de muitos diretores regionais para que os diretores das escolas apontassem as faltas dos profissionais de educação em greve como injustificadas, ferindo o direito de greve.

Pouco antes da assembleia, a SME encaminhou nota às entidades ratificando as propostas apresentadas pelo governo referentes à apresentação de PL sobre as duas referências, pagamento do PDE, ampliação e melhoria do programa de educação inclusiva na rede municipal, apoio especializado às atividades de ensino e aprendizagem, ensino fundamental de nove anos com garantia de atuação dos pro-

fissionais, formação profissional, ampliação dos recursos humanos, saúde e qualidade de vida dos educadores, segurança escolar e organização da educação infantil.

O SINPEEM e a Aprofem solicitaram alterações nas propostas para que fosse explicitada a garantia de inclusão na Jeif a todos que por ela optarem, revogação da Portaria nº 2.623/2013, que dispõe sobre os agrupamentos mistos na educação infantil e inclusão na proposta de pagamento dos dias parados, mediante reposição por parte dos servidores.

O sindicato reivindicou, ainda, a redução do número de alunos por sala de aula/turma e melhores condições de trabalho para todos os profissionais de educação.

A decisão de manter a greve levou em consideração a recusa do governo em atender a estas reivindicações, a não apresentação de índice de revisão salarial e a posição intransigente de punir a categoria com o desconto dos dias parados.

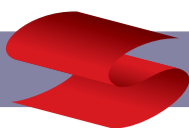
0,18% foi o reajuste geral de Fernando Haddad para 2013

Enquanto os profissionais de educação realizavam manifestação e assembleia em frente ao gabinete do prefeito, em defesa das reivindicações da categoria, a Câmara Municipal aprovava em segunda e definitiva votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 155/2012, do Executivo, com os seguintes índices de reajustes:

- 0,01% (um centésimo por cento) a partir de maio de 2011;
- 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento) retroativo a novembro de 2011;
- 0,01% (um centésimo por cento), a partir de maio de 2012;
- 0,18% (dezoito centésimos por cento) na data-base de 2013.

Os vereadores votaram favoravelmente, afirmando que era importante aprovar os novos pisos para os Quadros do Pessoal dos Níveis Básico e Médio.

A lei aprovada sequer expressava o conteúdo que levou as entidades a assinarem o Protocolo de Negociação.



■ DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

24 de maio: categoria decide suspender a greve e continuar lutando

Ao contrário do que afirmava o secretário de Educação para a imprensa, o movimento dos profissionais de educação associados ao SINPE-EM e à Aprofem ganhou força, fazendo com que o governo realizasse no dia 24 de maio duas reuniões, apresentando mudanças em suas propostas. Também recuou de sua decisão de apontar as ausências como faltas injustificadas e garantiu o pagamento dos dias parados, mediante reposição, que seria definida pelos Conselhos de Escola.

Em assembleia geral unificada, a categoria decidiu não rejeitar as propostas do governo, principalmente as que dizem respeito às condições de trabalho, e suspender a greve, após 22 dias de paralisação.

No entanto, a nossa luta por valorização, escola pública e gratuita de qualidade e melhoria constante das condições de trabalho continua.

Unidade dá força ao movimento e SME apresenta propostas quanto às condições de trabalho, PDE e referências

Vale destacar que a apresentação, pelo governo, das propostas referentes às condições de trabalho, ao pagamento do PDE e à criação de duas referências nas tabelas de vencimentos de docentes e gestores só foram possíveis graças à luta que realizamos.

MEDIDAS RELATIVAS AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO CONTIDAS NO DOCUMENTO LIDO DURANTE A ASSEMBLEIA

1 - CONQUISTA DE DUAS REFERÊNCIAS PARA DOCENTES E GESTORES COM, NO MÁXIMO, 25 ANOS E NÃO COM 28 ANOS COMO CONTIDO NO PROJETO DE LEI ANTERIOR

A Prefeitura de São Paulo concorda em apresentar, em 45 dias, Projeto de Lei à Câmara Municipal de São Paulo, destinado a acrescentar duas referências na carreira dos professores e gestores, considerando o limite de 25 anos de trabalho.

2 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ampliação e melhoria do programa de educação inclusiva na rede municipal:

- 2.1. contratação de 108 auxiliares de vida escolar (AVE) em apoio aos professores na Educação Inclusiva. O quadro atual passou a ser de 821 AVEs, conforme a Portaria nº 2.963, de 15 de maio de 2013;
- 2.2. contratação de 718 estagiários de Pedagogia em apoio à educação inclusiva. O quadro atual passou a ser de 2.148 estagiários conforme Portaria 2963 de 15 de maio de 2013;
- 2.3. implementação de amplo programa de formação continuada dos profissionais envolvidos nas atividades da educação inclusiva; e
- 2.4. a Prefeitura Municipal adotará medidas para assegurar a adequada ambiência (equipamentos, espaços, acessibilidade, metodologias, materiais, entre outros) para o desenvolvimento das atividades de educação inclusiva na rede municipal. Já foram solicitadas junto ao MEC 83 salas de recursos multifuncionais para atendimento de alunos com deficiência.

3 - EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DE APOIO

Apoio especializado às atividades de ensino e aprendizagem: já está adotando medidas para a constituição de equipes multidisciplinares de profissionais especializados (psicopedagogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, entre outros), para adequado apoio a professores, alunos e suas famílias.

4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Prefeitura Municipal já está desenvolvendo e implementará o Sistema Municipal de Formação de Educadores, com programas de formação inicial, complementar e continuada, a partir da implantação, na rede, dos CEUs, de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A meta é que ainda, em 2013, 18 destes polos já estejam em funcionamento oferecendo cursos e atividades formativas para professores, gestores e outros educadores da educação infantil e do ensino fundamental.

5 - CRIAÇÃO DE CARGOS E CONTRATAÇÕES

Ampliação dos recursos humanos: a Prefeitura Municipal vem adotando todas as medidas no sentido de suprir as necessidades de pessoal docente e não docente da rede municipal. Em 2013 foram convocados 3.400 professores, sendo que 2.889 já foram nomeados. Já foi autorizada a contratação de 493 auxiliares técnicos educacionais (autorização para a realização de concurso de ingresso foi publicada no DOC de 30 de maio), bem como a autorização para abertura de concurso. Será encaminhado à Câmara Municipal Projeto de Lei para criação de 1.200 cargos de professor de educação infantil. Já foi estabelecido o calendário para as indicações dos novos assistentes de diretor das unidades de educação infantil, criados em decorrência da sanção dos PL nº 310/2012.

6 - ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Prefeitura Municipal vai aperfeiçoar os instrumentos destinados ao atendimento à demanda da educação infantil, inclusive a Portaria nº 2.623, que dispõe sobre os agrupamentos, no sentido de assegurar o efetivo aproveitamento da capacidade instalada na rede de unidades próprias e conveniadas com a necessária preservação dos parâmetros de qualidade das condições pedagógicas.

7 - PRIMEIRA PARCELA DO PDE EM JUNHO

PDE: garantia de pagamento de metade do valor do PDE no mês de junho de 2013 e o saldo em janeiro de 2014. Como diretriz geral as ausências por motivos de saúde serão minimizadas e terão peso de apenas 0,10, ou seja, a décima parte do peso de outros tipos de ausência.

8 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS EDUCADORES

A Prefeitura Municipal já constituiu Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) – SME/SMS/Sempla, por meio da Portaria nº 003, de 15 de maio de 2013, visando à adoção de medidas relativas à promoção da saúde dos profissionais de educação. Tal instrumento assegurará a implantação, com a participação dos profissionais da educação, de um programa de saúde e qualidade de vida para os educadores.

9 - SEGURANÇA ESCOLAR

A Prefeitura Municipal está organizando um Grupo de Trabalho Intersecretarial envolvendo a SME, SMSU e GCM com o objetivo de estabelecer um Sistema de Segurança Escolar cuja elaboração contará com a participação dos educadores.

10 - ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E GARANTIA DA JEIF

A Prefeitura Municipal está adotando medidas para completar a implantação do ensino fundamental de nove anos, mediante proposta de reorganização dos ciclos, ampliação de jornada dos alunos, com o aproveitamento de todo o seu quadro funcional e preservação das jornadas. Em função destas mudanças serão adotadas todas as medidas para preservar as atuais Jeifs dos professores.

DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

Revisão geral anual da remuneração é direito dos servidores e dever dos governos

A remuneração dos servidores públicos será fixada por lei específica, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. É o que diz a Constituição, mas, lamentavelmente, não efetivada por diferentes governos, independentemente do partido.

Para “fazerem de conta” que cumprem o determinado pela Constituição e também pela Lei Orgânica do Município, aplicam sempre, a partir de 01 de maio de cada ano, data-base do funcionalismo municipal, o índice de 0,01% como reajuste linear anual. Isto aconteceu de 2003 a 2012. E, salvo dois quadrimestres em que foram aplicados baixos índices com base na lei salarial da Prefeitura, todos os servidores ativos e aposentados tiveram 0,01% como porcentual de revisão anual de salários.

A revisão geral anual linear é direito de todos os servidores ativos, aposentados, com e sem paridade, e pensionistas. O SINPEEM, independentemente de qualquer alteração nos valores padrões das tabelas de vencimentos decorrentes da incorporação de abonos complementares por elevação dos pisos remuneratórios conquistados pelo sindicato, sempre reivindica a apli-

cação de reajuste geral anual nunca inferior à inflação e aumento real de salários.

Desta forma, atuamos para que as valorizações que conquistamos, decorrentes da elevação dos pisos e incorporações, não sejam anuladas pelo efeito da inflação.

Infelizmente, por fragilidades e falta de unidade das entidades que representam os servidores públicos, os governos têm levado a melhor. Aplicam 0,01% como reajuste geral linear e negociam de vez em quando reestruturações e reorganizações das tabelas de vencimentos de quadros profissionais específicos de servidores.

Esta política tem de mudar. Mudança que depende de organização, luta e unidade do funcionalismo.

Nesta campanha provamos que as entidades que assinaram o acordo com a Prefeitura cometeram um equívoco. Se unidas e participando da luta conjunta com o SINPEEM e a Aprofem poderiam, como conseguimos, não só garantir o fim da política de 0,01%, que será substituída por 11,46%, divididos em três parcelas de 3,683%, a partir de 2014, como garantir também reposição e aumento real.



Claudio Fonseca, presidente do SINPEEM, lê propostas do governo

Veja os índices de reajustes lineares para todo o funcionalismo para os próximos três anos:

- 3,683% a partir de 01 de maio de 2014;
- 3,683% a partir de 01 de maio de 2015;
- 3,683% a partir de 01 de maio de 2016.

Aumento do piso X revisão geral anual linear de salários

Lutar pelo aumento do piso docente e estender os índices de reajustes correspondentes à incorporação de abonos complementares e gratificações, para todos os profissionais de educação foi a tática utilizada até 2011 pelo SINPEEM, para obter percentuais acima do 0,01%, aplicado a todos os demais servidores públicos da Prefeitura.

Em 2006, conquistamos o pagamento de gratificações que, incorporadas, resultaram, entre 2008 e 2010, em 37,5% sobre os padrões de vencimentos de todos os profissionais de educação.

Em 2010, lutamos e conquistamos elevar o valor do piso docente em Jeif para R\$ 2.292,17. A diferença entre o padrão e o piso ocorreu através da incorporação do abono complementar de piso, que resultou em 33,79% sobre os padrões de vencimentos de todos os profissionais docentes, gestores e Quadro de Apoio, ativos e apo-

sentados com direito à paridade, entre 2011 e 2013.

Em 2011, conquistamos nova elevação do piso docente e fixação de valores de pisos para os gestores e Quadro de Apoio. O piso docente em Jeif foi elevado para R\$ 2.600,00. O piso do agente escolar foi fixado em R\$ 967,33 e do ATE em R\$ 1.097,11. Já os pisos dos gestores ficaram em R\$ 3.692,70 para coordenador pedagógico; R\$ 4.188,21 para diretor de escola; e R\$ 4.460,40 para supervisor escolar. Todos com direito à incorporação do abono complementar, que resultou na aprovação de Lei, que garantiu 13,43% sobre todos os padrões e referências das tabelas de vencimentos dos profissionais de educação.

Assim, com uma tática de elevar o piso e garantir a aplicação de reajustes para todos, mesmo parcelado, a título de incorporação, conquistamos reajustes maiores que os

aplicados para os demais servidores públicos e isonomia entre ativos e aposentados. Isto não podemos perder com esta política de

revisão geral dos vencimentos dos servidores com índices abaixo da inflação, como aplicado pelo prefeito Haddad.

Tabela de reajustes dos servidores X reajustes dos profissionais de educação - período: 2008 a 2013

ANO	REVISÃO GERAL DATA-BASE (todo o funcionalismo)	TOTAL PARA TODOS OS SERVIDORES	REAJUSTE PARA O QPE (profissionais de educação)	TOTAL PARA O QPE
2008	0,01%	0,01%	20%	20,12%
2009	0,01%	0,01%	7,29%	7,4%
2010	0,01 %	0,01%	6,80%	6,9%
2011	0,01% + 0,82%*	0,01%	10,19%	11,20%
2012	0,01%	0,01%	10,19%	10,30%
2013	0,18%	0,18%	10,19%	10,38%

■ DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

Agentes escolares e ATEs têm pisos equiparados aos dos Níveis Básico e Médio

Com os novos valores de pisos para os Quadros dos Níveis Básico e Médio, teríamos agentes escolares, ATEs e comissionados do Quadro de Apoio (auxiliares administrativos de ensino, auxiliares de secretaria e inspetores de alunos) que, embora integrem o Quadro dos Profissionais de Educação, com piso inferior ao anunciado.

Durante as negociações reivin-

dicamos também o aumento do valor dos pisos do Quadro de Apoio. Com isso, conseguimos equiparar o piso do agente escolar ao piso do agente de apoio, e dos ATEs ao piso dos agentes de políticas públicas, com pagamento de abono suplementar para quem, com a remuneração bruta, estiver abaixo dos pisos de R\$ 1.132,50 e R\$ 1.380,00, respectivamente.

2014: reajuste de 17,7%

Em 2014, além do índice de 3,683%, a título de revisão geral anual, todos os profissionais de educação terão 13,43%. Portanto, o total de reajustamento dos padrões de vencimentos de todos os profissionais de educação, ativos e aposentados com paridade, será, no mínimo, de 17,7%.

Já os aposentados sem paridade – diferentemente dos últimos anos, em que foi aplicado como revisão geral apenas 0,01% – terão aplicados, no mínimo, 3,683%, a partir de 01 de maio de 2014.

ANO	REVISÃO GERAL DATA-BASE (todo o funcionalismo)	TOTAL PARA TODOS OS SERVIDORES	REAJUSTE PARA O QPE (profissionais de educação)	TOTAL PARA O QPE
2014	3,683%	3,683%	13,43%	17,7%
2015	3,683%	3,683%	-----*	-----*
2016	3,683%	3,683%	-----*	-----*

* o total do QPE para 2015 e 2016 dependerá das negociações nas respectivas datas-base

Incorporação de abono complementar de piso garantiu isonomia entre ativos e aposentados da educação

Desde 2008, com a luta realizada pelo SINPEEM, conseguimos elevar os valores dos pisos dos docentes, gestores e Quadro de Apoio, através de abonos complementares que, incorporados, resultaram em reajustes sobre os padrões de vencimentos de todas as tabelas do QPE.

Desta forma, conquistamos reajustes diferentes – garantindo isonomia entre ativos e aposentados – e maiores que os demais servidores públicos, para os quais a Prefeitura aplicou somente 0,01%, na data-base, como revisão geral anual da remuneração do conjunto do funcionalismo.

Prefeitura inclui quinquênios e sexta parte no cálculo do valor do piso

O cálculo dos novos pisos dos Quadros dos Níveis Básico, de R\$ 1.132,50, e Médio, de R\$ 1.380,00, que também serão pagos aos agentes escolares, ATEs e comissionados do Quadro de Apoio à Educação, correspondem à soma da remuneração bruta mensal (padrão, quinquênios, sexta parte, prêmios, gratificações e vantagens pessoais) e o abono suplementar.

Isto significa que o abono suplementar é concedido aos agentes escolares, agentes de apoio e ATEs cuja remuneração bruta mensal ficar abaixo do respectivo piso.

SINPEEM cobra do governo cumprimento de acordo sobre a reposição e pagamento dos dias parados e a Portaria que dispõe sobre os agrupamentos mistos

Com a força do nosso movimento, em reunião realizada no dia 24 de maio, no gabinete do prefeito, o secretário municipal de Educação, além de assumir o compromisso de pagamento dos dias parados, também concordou que o calendário de reposição seria discutido e aprovado pelo Conselho de cada unidade, respeitando a autonomia e o projeto pedagógico da unidade escolar.

Durante a assembleia geral, realizada no mesmo dia, os profissionais de educação, que estavam em

greve há 22 dias, levaram também em consideração estas propostas, lidas pelo presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, para suspender o movimento.

No entanto, descumprindo o acordo estabelecido entre o governo e os sindicatos, a SME publicou no DOC de 05 de junho Portaria que fixa as diretrizes para a reposição dos dias parados, desconsiderando a autonomia das escolas quanto à elaboração e efetivação do seu projeto pedagógico e incluindo dias do recesso.

Pagamento dos dias parados

O governo também não cumpriu o acordado sobre o não desconto dos dias parados, **conquista importante da nossa luta**, sob o argumento de que a folha de pagamento já estava sendo rodada no dia 24 de maio e que não poderia prejudicar os demais servidores. Comprometeu-se em efetuar a restituição dos valores, que ocorreria até o dia 10 de junho.

É importante destacar que

quando o pagamento é feito por meio de Documento de Crédito (DOC), a Prefeitura efetua o depósito direto de 80% do valor total devido, em função dos descontos referentes ao Imposto de Renda, Iprem, entre outros, para que no mês seguinte não seja necessário estornar nenhum valor do pagamento do servidor. O restante devido aos servidores deve ser pago em junho.

Informações sobre atualização cadastral, filiação, desfiliação, cursos, certificados, declarações, convênios e outros.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

■ DATA-BASE 2013 | PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES

Revisão geral anual não impede reestruturações e reorganização das tabelas de vencimentos dos quadros profissionais

Após 22 dias de luta, que envolveu milhares de profissionais de educação, não conseguimos tudo o que reivindicamos, mas, além dos índices anunciados como revisão geral da remuneração para os próximos três anos e de várias medidas que implicarão na melhoria das condições de funcionamento das escolas, também conquistamos o envio de Projeto de Lei do Executivo dispendo sobre o acréscimo de duas referências nas tabelas de vencimentos de docentes e gestores, que também reivindicamos para os

aposentados e pensionistas.

É importante destacar que a conquista de 11,46%, divididos em três parcelas, não implica na não apresentação e negociação de reivindicações pelo SINPEEM para que os valores de pisos sejam elevados e de readequações dos valores padrões e referências da tabelas de vencimentos do Quadro dos Profissionais de Educação.

Não implica, também, em renunciar à luta por reposição de perdas, aumento real e demais reivindicações da nossa categoria.

SINPEEM participa de todas as reuniões com o governo

A participação do SINPEEM em todas as reuniões das mesas central e setorial da Educação foi determinante no processo de negociação até a apresentação das propostas finais, tanto para o conjunto do funcionalismo, através do Sistema de Negociação Permanente (Sinp), como para os profissionais de educação.

Historicamente, o SINPEEM

sempre atuou combinando sua participação nas negociações às lutas para pressionar o governo pelo atendimento às reivindicações da categoria. E continuará atuando assim. Por esta razão, assinamos o contrato de convênio que instituiu o Sinp, do qual participam 38 entidades de servidores e o governo, sem renunciar aos nossos princípios, direitos da categoria e reivindicações.



Presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, durante as discussões sobre o Sinp

A luta da categoria continua

O SINPEEM, mesmo tendo conseguido garantir para os próximos três anos o índice de revisão geral anual acima do 0,01%, que vinha sendo praticado desde 2003 pela Prefeitura, continuará lutando por valorização dos valores padrões das tabelas de vencimentos dos pro-

fissionais de educação, ativos e aposentados. Luta que nos anos anteriores garantiu incorporações e reajustes maiores que os aplicados ao conjunto do funcionalismo.

Afinal, educação é política estratégica para o desenvolvimento do país e possui verba vinculada.

Acréscimo de duas referências é conquista da nossa luta

Em fevereiro, o prefeito Haddad vetou artigos do PL nº 310/2012. Entre eles, o que acrescentava às tabelas dos docentes e gestores duas referências. O Executivo enviou outro projeto, mas que fixava em 28 anos o tempo necessário para o último enquadramento por evolução funcional. Não concordamos e o PL foi retirado da Câmara Municipal. Graças à negociação realizada durante a greve, conquistamos que o enquadramento na última referência pelo critério tempo ocorra em até 25 anos e não aos 28 anos, exigidos na proposta anterior. O PL deve ser encaminhado para votação na Câmara até o final de junho.

O SINPEEM defende também direito aos aposentados e os mesmos critérios atuais de tempo, tempo e títulos e títulos para o enquadramento na evolução funcional.

Vitória importante para todos os docentes e gestores!

SME diz que PDE é estímulo à frequência; na verdade, pune!

Os critérios para o pagamento do Prêmio por Desempenho Educacional (PDE) foram regulamentados pelo Decreto nº 53.946, publicado no Diário Oficial de 29 de maio de 2013.

O secretário municipal de Educação, além de afirmar que a partir de 2014 utilizará os resultados do Ideb, disse que o PDE é instrumento de incentivo à frequência.

Neste ano, para o cálculo do valor a ser recebido individualmente serão considerados, a exemplo dos anos anteriores, dois critérios: frequência e índice de ocupação escolar.

Utilizar prêmios como incentivo à frequência tem demonstrado equívoco e tentativa de quem não oferece ambiente e condições adequadas para o trabalho profissional. Acabam funcionando como instrumento punitivo e que levam muitas pessoas a trabalharem doentes ou a adoecerem no trabalho, face às pressões pelo risco de perdas.

O SINPEEM defende a incorporação de toda e qualquer gratifi-

cação e/ou prêmios aos padrões de vencimentos. Não concordamos com descontos por fatores não produzidos pelo profissional de educação, como a taxa de ocupação, nem quando adoecem.

Infelizmente, os governos acreditam que vão mudar o atual quadro das escolas e melhorar os indicadores de qualidade de ensino punindo os profissionais de educação.

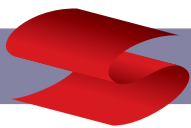
Abonadas, justificadas, injustificadas e licenças serão descontadas

Durante as negociações com o governo reivindicamos que não fossem descontadas as faltas abonadas, licença-gala, licenças médicas, entre outras.

Não fomos atendidos e as faltas abonadas, justificadas, injustificadas, licenças e outras ocorrências, ainda que consideradas como de efetivo exercício, serão computadas como ausências.

CURSOS DO SINPEEM PARA 2013

Informamos aos nossos associados que a relação dos cursos presenciais, semipresenciais e seminários de 2013, que já foram homologados pela Secretaria Municipal de Educação, está disponível no site www.sinpeem.com.br, no link **Cursos e seminários**.



SINPEEM realiza Caminhada cívica em defesa da educação pública

No dia 25 de maio, milhares de profissionais de educação, pais, alunos e população em geral participaram da Caminhada cívica em defesa da educação pública, contra a violência e por melhores condições de trabalho, promovida pelo SINPEEM, em conjunto com a Aprofem, que percorreu as avenidas Paulista e Consolação.

Foram muitos os discursos, que destacaram a importância do envolvimento e engajamento do poder público, dos educadores, da família e de toda a sociedade na luta em defesa da educação pública, laica e de qualidade social para todos, em todos os níveis, abrindo caminho para que alcancemos, de fato, uma sociedade mais justa e igualitária.

A Caminhada cívica será realizada todos os anos, em abril, mês em que se comemora o Dia Mundial da Educação.



Fotos: Fernando Cardozo

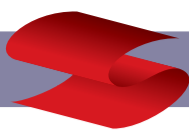
Caminhada cívica teve início no vão livre do Masp, com a participação dos mais variados segmentos



Na avenida paulista, o presidente do SINPEEM defendeu a educação de qualidade para todos, em todos os níveis



Carregando bandeiras e faixas com frases de ordem, em defesa da educação pública, os manifestantes caminharam até a praça Roosevelt, na Consolação



Secretário Callegari mantém Portaria sobre agrupamentos mistos e piora a educação infantil

O SINPEEM reivindicou a revogação da Portaria nº 2.623/2013, que dispõe sobre os agrupamentos mistos na educação infantil, permitindo a formação de salas com

crianças com idades diferentes, sem oferecer infraestrutura adequada para atender à demanda.

Em reunião com o SINPEEM, o secretário de Educação afirmou que a Portaria era destinada basicamente às creches conveniadas e

que “aperfeiçoará os instrumentos destinados ao atendimento à demanda da educação infantil, inclusive a Portaria nº 2.623”.

No entanto, as DREs estão matriculando crianças e exigindo das escolas o remanejamento in-

terno para acomodação destas matrículas.

O SINPEEM é contra esta medida e está pressionando o governo para reverter esta situação, que só piora a qualidade da educação infantil na cidade de São Paulo.

Comunicado da SME determina apresentação de registro no Cref

Em cumprimento à decisão da Justiça, que determina a exigência de registro no sistema Confef/ Crefs, do Conselho Regional de Educação Física, dos professores de ensino fundamental II e médio – Educação Física da rede municipal de ensino, a SME publicou Comunicado no DOC de 04 de junho, informando que todos os ocupantes deste cargo devem apresentar o registro ou requerimento de registro no sistema Confef/Crefs até o dia 01 de setembro de 2013, ao diretor de escola da respectiva unidade.

O cadastro no Sistema Escola On Line (EOL) deverá ser efetuado pelo diretor de escola até 01 de setembro de 2013. Ao final deste prazo, a SME encaminhará à JUD a relação nominal dos professores que não apresentaram o documento comprobatório do registro para fins de remessa ao Juízo.

SINPEEM orienta cautela

Como o prazo para apresentação de registro no Cref termina somente em setembro, o SINPEEM, contrário a esta medida, orienta os associados a postergarem a entrega do documento.

O Departamento Jurídico do sindicato está analisando a decisão judicial e buscando alternativas legais para que os professores de Educação Física não sejam prejudicados e penalizados.

SINPEEM integra o Fórum Municipal de Educação

O Fórum Municipal de Educação foi instituído em 23 de maio, em caráter permanente e com a finalidade de coordenar a Conferência Municipal de Educação, que será realizada nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2013, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias à efetivação.

Também compete ao Fórum, que conta com participação de diversos segmentos da sociedade, inclusive o SINPEEM, elaborar seu regimento interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação, que serão aprovados e publicados por meio de Portaria da SME; oferecer suporte técnico para a organização e realização

dos fóruns e da Conferência, acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência e sua articulação com as deliberações das Conferências Estadual e Nacional de Educação; além de planejar e organizar espaços de debates sobre o Plano Municipal de Educação.

Prefeitura reduz impressão do DOC

A Prefeitura de São Paulo reduziu a impressão do Diário Oficial da Cidade de 3.200 para 1.100 exemplares.

Comunicado publicado no DOC de 30 de maio orienta os usuários a utilizarem a versão eletrônica do Diário, disponível no site www.docidadesp.imprensaoficial.com.br.

Ao acessar a página com o conteúdo desejado, o usuário deve clicar em CERTIFICAR, localizado no canto superior direito da tela, para autenticar a página e efetuar a impressão.

De acordo com o Comunicado, a página impressa pela Internet é válida como documento e prova autêntica da publicação dos atos oficiais dos servidores municipais e pode ser apresentada em cartórios, anexada aos processos administrativos e prontuários funcionais.

A certificação é garantida pela Autenticidade Certificadora Imprensa Oficial com impressão da data, hora e número de autenticação no rodapé da página consultada.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail diariooficial@prefeitura.sp.gov.br, fone 3396-7082.

PRECATÓRIOS

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal referente à Emenda Constitucional que instituiu o regime especial de pagamento de precatórios, criou-se uma situação mais difícil para a execução do pagamento dos créditos a que têm direito os servidores que tiveram seus processos transitados em julgado.

Ainda assim, para aqueles que fizeram opção pelo acordo em 2011, o Tribunal de Justiça (TJ) vem disponibilizando o pagamento dos precatórios. Quando isto ocorrer, o SINPEEM entra em contato com o associado.

Para aqueles que realizaram a opção em 2012, os pagamentos ainda não foram liberados pelo TJ, embora a Prefeitura tenha transferido os recursos para que sejam efetuados aos servidores.

SINPEEM ADVERTE PARA POSSÍVEIS FRAUDES

O SINPEEM alerta aos associados que para a liberação dos precatórios não é cobrado nenhum valor a ser depositado. Portanto, qualquer telefonema solicitando que seja efetuado depósito para liberação de valores não é verdadeiro.

Caso isso ocorra, o associado deve entrar em contato com o SINPEEM imediatamente.

PUBLICAÇÕES NO DOC

PORTARIAS

nº 2.791 (DOC de 08/04/2013, página 12) - Estabelece procedimentos específicos para a designação para a função de professor regente de classe/aulas nas Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (Emebis) e unidades polo da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2013.

nº 2.963 (DOC de 16/05/2013, páginas 16 e 17) - organiza o quadro de auxiliares de vida escolar (AVEs) e de estagiários de Pedagogia, em apoio a educação inclusiva, especifica suas funções.

nº 003 (DOC de 16/05/2013, página 16) - constitui Grupo de Trabalho Intersecretarial visando à adoção de medidas relativas à preservação da saúde dos profissionais de educação.

nº 3.232 (DOC DE 05/06/2013, página 15) - retifica a Portaria SME nº 5.969, de 12/11/2012, que dispõe sobre a elaboração do Calendário de Atividades 2013.

Acesse o site

www.sinpeem.com.br

cadastre seu e-mail e receba nossas correspondências

CONVÊNIOS COM O SINPEEM

ENSINO SUPERIOR

- ❑ **Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem (CRDA)** - 5083-4266, www.crda.com.br
- ❑ **Centro Universitário Assunção (Unifai)** - 5087-0199, 6166-8556 e 6221-8810, www.unifai.edu.br
- ❑ **Centro Universitário Ítalo Brasileiro** - 5645-0099, www.italo.br
- ❑ **Centro Universitário Fieo (Unifio)** - 3651-9999, 3651-9965 e 3654-0655, www.unifio.br
- ❑ **Centro Universitário Metropolitano de São Paulo (FIG-Unimesp)** - 3544-0333, www.fig.br
- ❑ **Centro Universitário Nove de Julho (Uninove)** - 2633-9000, www.uninove.br
- ❑ **Cursos de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Médio (Cadem)** - 5641-3555 e 5641-3577, www.colegiocadem.com.br
- ❑ **Faculdade Impacta Tecnologia (FIT)** - 3262-5007, www.impacta.edu.br
- ❑ **Faculdades Integradas Campos Salles** - 3649-7000, www.campossalles.edu.br
- ❑ **Faculdades Integradas Rio Branco** - 0800-165 521, www.riobrancofac.edu.br
- ❑ **Faculdade Método de São Paulo (Famesp)** - 5074-1010, www.famesp.edu.br
- ❑ **Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)** - 0800-016 3766, www.fiamfaam.br
- ❑ **Faculdade Mozarteum de São Paulo (Famosp)** - 2236-0788, www.mozarteum.br
- ❑ **Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (Fapcom)** - 0800 709 8707, www.facom.com.br
- ❑ **Faculdade Sumaré** - 3067-7999 e 0800-551121, www.facsumare.com.br
- ❑ **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp)** - 3123-7800, www.fespsp.org.br
- ❑ **Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG)** - 3095-8400, www.inpg.com.br
- ❑ **PUC-SP/Cogeae** - 3124-9600, www.pucsp.br
- ❑ **Universidade Anhembi Morumbi** - 0800-0159020, www.anhembi.br
- ❑ **Universidade Bandeirantes (Uniban)** - 6967-9000, www.uniban.br
- ❑ **Universidade Braz Cubas (UBC)** - 4791-8213 e 0800-196 144, www.brazcubas.br
- ❑ **Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo)** - 0800 170 099, www.unicastelo.br
- ❑ **Universidade Cidade de São Paulo (Unicid)** - 2178-1212, www.unicid.br
- ❑ **Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)** - 4798-7000, www.umc.br
- ❑ **Universidade do Grande ABC (UniABC)** - 4991-9800 e 0800 019 4233, www.uniabc.br
- ❑ **Universidade Gama Filho** - 2714-5690, www.posugf.com.br
- ❑ **Universidade Ibirapuera (Unib)** - 5091-1155, www.ibirapuera.br
- ❑ **Universidade Paulista (Unip)** - 0800 010 9000, www.unip.br
- ❑ **Universidade Santo Amaro (Unisa)** - 0800 171 796 e 21418555, www.unisa.br

ESCOLAS DE IDIOMAS

- ❑ **CCAA** - www.ccaa.com.br
- ❑ **Fisk** - www.fisk.com.br
- ❑ **Wizard** - www.wizard.com.br

CULTURA

- ❑ **Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM)** - 5085-1300, www.mam.org.br
- ❑ **Teatro: TK Produções Artísticas - Revista Fun & Fun** - 3106-7505 e 3106-1041, www.revistafunfun.com.br

SAÚDE E ESTÉTICA

- ❑ **Centro Auditivo Audimundi** - 2023-2655, www.audimundi.com.br
- ❑ **Centro Auditivo Phonak** - 3747-7222 e 0800 701 8105, www.phonakbrasil.com.br
- ❑ **Estética Energia Vital** - 2642-1383 e 9480-7616, www.esteticaenergiavital.com.br
- ❑ **Qualicorp Soluções em Saúde** - 3178-4000, www.qualicorp.com.br
- ❑ **Prodent - Assistência Odontológica** - 0800 770 0808, www.prodentserver.com.br

SEGURO

- ❑ **CB &JR Seguros** - 2281-6221
- ❑ **Marcelo Rocha Corretora de Seguros Ltda.** - 2836-8743 e 2623-4142, mrochacorretora@gmail.com

HOTÉIS E POUSADAS

- ❑ **Chalé Parque Aquático - Lindoia-SP** - (19) 3898-1838, (19) 9617-1003 e (19) 7811-3939, www.chaleparqueaquatico.com.br
- ❑ **Hotel Fazenda Três Poderes - São Sebastião-SP** - (12) 3887-3040 e (12) 3887-2411 e (12) 3887-5565, www.hotel3p.com.br
- ❑ **Hotel Mantovani - Águas de Lindoia-SP** - 0800-110 143, (19) 3824-1000, (19) 3824-1800 e (19) 3924-9510, www.hotelmantovani.com.br
- ❑ **Hotel Pousada Jurumirim - Piraju-SP** - (14) 3351-2465 e (14) 3351-2466, www.pousadajurumirim.com.br
- ❑ **Mafisa - Colônias de Férias - Peruíbe/Campos do Jordão/Bertioga/Caraguatatuba/Ubatuba(SP) etc.** - (11) 3104-4828 e (11) 8171-4807, www.mafisacolônias.com.br
- ❑ **Pauba Beach Hotel - São Sebastião-SP** - (12) 3865-6465, www.paubabeach.com.br
- ❑ **Plazza Hotel - Águas de Lindoia-SP** - (19) 3824-1411, www.hotelplazza.com.br
- ❑ **Pousada Aquarium - Búzios-RJ** - (22) 2623-6884, (22) 2623-6843 e (22) 2423-3341, www.pousadaaquarium.com.br
- ❑ **Pousada Canto Verde - São Sebastião-SP** - (12) 3865-3335, www.pousadacantoverde.com.br
- ❑ **Pousada da Frida - Monte Verde-MG** - (35) 3438-1557, (11) 3917-9436 e (11) 8506-2213, www.pousadadafrida.com.br
- ❑ **Pousada Iguatiba - Paraibuna-SP** - (12) 3974-7216, (12) 3974-7259 e (11) 7768-4217, www.pousadaiguatiba.com.br
- ❑ **Pousada Praia Mirim - Praia Grande-SP** - (13) 3232-1166 e (13) 3472-7527, www.pousadapraiamirim.com.br
- ❑ **Pousada Recanto dos Pinheiros - Tapiraí-SP** - (11) 2421-5890, (11) 7478-0050, (11) 9126-9906 e (11) 9248-3188, www.pousadarecantodospinheiros.com.br
- ❑ **Pousada Refúgio de Maresias - São Sebastião-SP** - (12) 3865-6280, www.refugiomaresias.com.br
- ❑ **Pousada Torre Branca - Monte Verde-MG** - (35) 3438-2267 e (35) 3438-1833, www.torrebranca.com.br
- ❑ **Pousada Vale dos Eucaliptos - Piedade-SP** - (11) 3815-4500 e (11) 3813-1155, www.valedoseucaliptos.com.br
- ❑ **Pousada Villa Alferes - Tiradentes-MG** - (32) 3355-2324 e (32) 3355-1752, www.villaalferes.com.br
- ❑ **Primar Plaza Hotel - Botucatu-SP** - (14) 3815-3177, www.primarhotel.com.br

MANDE E-MAIL E TIRE SUAS DÚVIDAS

legislacao@sinpeem.com.br

Legislação, informações sobre a vida funcional dos profissionais de educação e aposentadoria.

■ ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Na reunião ocorrida em 07 de maio, durante a greve da categoria, o Núcleo dos Aposentados debateu as reivindicações da pauta da campanha salarial de 2013 entregue ao governo pelo SINPEEM.

Entre os itens discutidos, mereceram destaque a situação dos aposentados sem paridade, a extensão das duas referências para docentes e gestores aposentados e a importância da participação de todos nas atividades realizadas pelo sindicato, para fortalecer a luta em defesa dos direitos e reivindicações de todos os profissionais de educação, ativos e aposentados.

Na ocasião, os presentes também participaram de palestra e dinâmica com a terapeu-

ta corporal e instrutora de ioga, Rosângela Rosa, com o tema "Qualidade de vida e cultura da paz".

PRÓXIMAS ATIVIDADES

Dia 02 de julho (terça-feira) – almoço de confraternização no Dib Restaurante, na Serra da Cantareira (mais informações em breve).

Dia 06 de agosto (terça-feira) – reunião do Núcleo dos Aposentados, às 14 horas, no Centro de Formação do SINPEEM (rua Guaporé, 240, Metrô Armênia).



**Mantenha o seu cadastro atualizado:
3329-4516 - www.sinpeem.com.br**

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Av. Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br – e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br – imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente Claudio Fonseca
Vice-presidente Adelson Cavalcanti de Queiroz
Secretário-geral Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretária-geral Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Finanças Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças Cleide Filizzola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Secretária de Assuntos Jurídicos Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos Lourdes Quadros Alves
Secretária de Formação Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Formação Gicélia Santos Silva
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Eliazar Alves Varela
Secretária de Política Sindical João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos do Quadro de Apoio Reni Oliveira Pereira
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio Rogério Marcos de Melo
Secretária de Seguridade Social/Aposentados Myrtes Faria da Silva
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora Patrícia Pimenta Furbino
Secretária de Políticas Sociais Luzinete Josefa da Rocha
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização de Subsedes/Regional José Donizete Fernandes

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Alexandre Pinheiro Costa
Almir Bento de Freitas
Edson Silvino Barbosa da Silva
Eduardo Terra Coelho
Fidelcino Rodrigues de Oliveira
João Antonio Donizzetti Carvalho
José Corsino da Costa
Júlia Maia
Lílian Maria Pacheco
Maria Aparecida Freitas Sales
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende
Teresinha Chiappim

Jornalista responsável:
Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves
Impressão: Brasil Impresso
54 mil exemplares - Distribuição gratuita

OS TEXTOS PUBLICADOS NO JORNAL DO SINPEEM SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DO SINDICATO

EXCURSÕES

INTERNACIONAIS SISTEMA TUDO INCLUSO

EUROPA GERMÂNICA - 01/08 A 20/08/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 407,50

GRAND TOUR DE FRANCE - 22/08 A 08/09/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 427,25

EUA E CANADÁ - 09/10 A 25/10/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 424,75

RÉVEILLON NA DISNEY (EUA) - 28/12 A 10/01/2014
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 221,80

PATAGÔNIA - 13/01 A 27/01/2014
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 215,20

MÉXICO - 17/01 A 01/02/2014
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 314,50

TERRA SANTA - 15/01 A 29/01/2014
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 328,75

ÁFRICA DO SUL - 27/02 A 11/03/2014
VALOR: EM ATÉ 20 x US\$ 287,75

NACIONAIS SISTEMA TUDO INCLUSO

SERRAS GAÚCHAS (RS) - 06 A 13/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 168,75

FOZ DO IGUAÇU (PR) - 06 A 11/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 131,25

CALDAS NOVAS (GO) - 06 A 12/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 97,50

CIDADES HISTÓRICAS (MG) - 09 A 16/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 120,00

SALVADOR COM MORRO DE SP (BA) - 09 A 16/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 190,00

LENÇÓIS MARANHENSES (MA) - 07 A 14/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 190,00

FORTALEZA (CE) - 12 A 19/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 190,00

THERMAS DOS LARANJAIS (SP) - 13 A 18/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 97,00

DELTA DO PARNAÍBA (PI) - 14 A 21/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 190,00

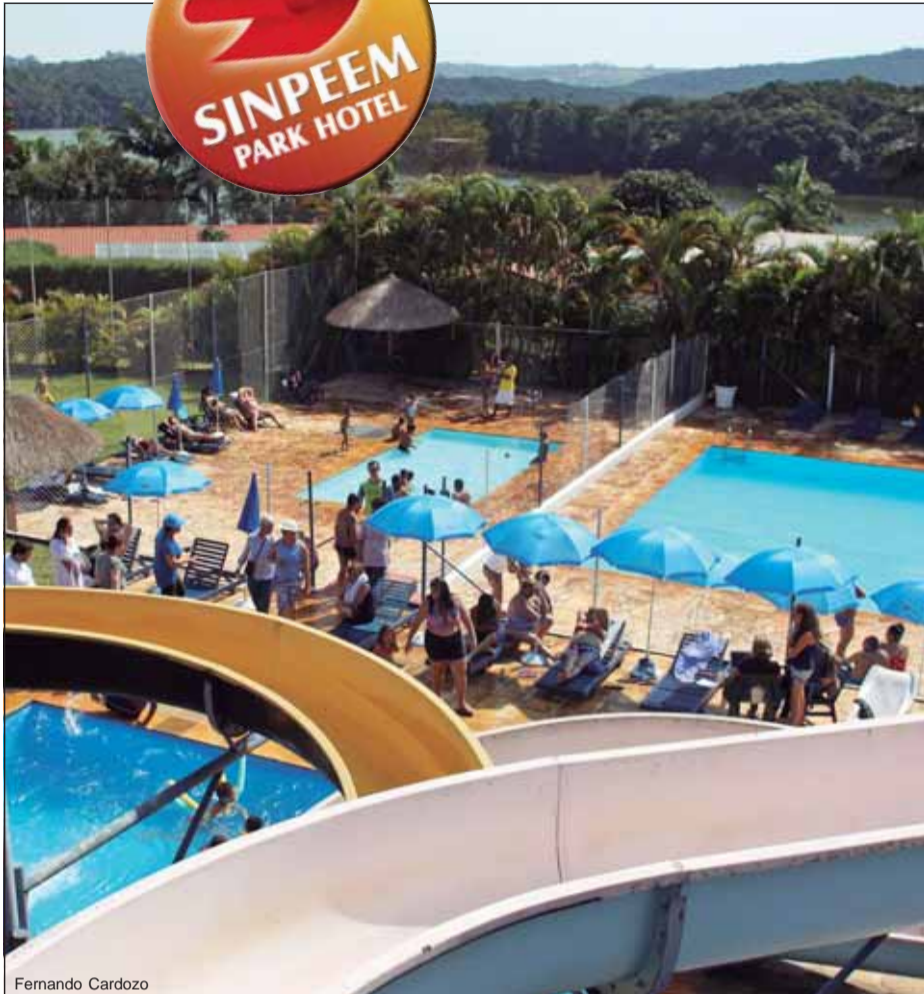
POÇOS DE CALDAS (MG) - 18 A 21/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 58,00

BONITO (MS) - 23 A 30/07/2013
VALOR: EM ATÉ 20 x R\$ 160,00

OS VALORES ESTÃO SUJEITOS A ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO. MAIS INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES NA HORIZONTES TURISMO

**RUA MARQUÊS DE ITU, 88, LOJA 03
METRÔ REPÚBLICA - FONE 3221-3346**

Consulte as opções completas e passeios
inclusos: www.viagenshorizontes.com.br



Fernando Cardozo



SINPEEM PERUÍBE HOTEL

PROGRAMAÇÃO DAS COLÔNIAS DO SINPEEM

Durante todo o ano, as colônias do SINPEEM nas cidades de Ibiúna (interior de São Paulo) e Peruíbe (litoral sul paulista) oferecem uma extensa programação aos associados. Em Ibiúna além dos feriados, são realizadas festas temáticas.

Acompanhe a programação das colônias e faça a sua inscrição.

Nossa Senhora Aparecida / Dia do Professor

Período: 12 a 15/10 – Inscrições: 09 a 13/09
Sorteio: 16/09 – Pagamento: 23 a 27/09

15 de novembro

Período: 15 a 17/11 – Inscrições: 07 a 11/10
Sorteio: 14/10 – Pagamento: 21 a 25/10

Natal

Período: 21 a 25/12 – Inscrições: 01 a 18/10
Sorteio: 21/10 – Pagamento: 28/10 a 01/11

FESTAS NO SINPEEM PARK HOTEL - IBIÚNA

11 de agosto – Festa do Dia dos Pais

Inscrições de 29/07 a 02/08

07 de setembro – Festa Mineira

Inscrições de 26 a 30/08

22 de setembro – Festa da Primavera

Inscrições de 09 a 13/09

06 de outubro – Festa das Crianças

Inscrições de 23 a 27/09

23 de novembro – Festa do Interior

Inscrições de 11 a 14/11

Mais informações sobre as colônias pelo fone 3329-4521 ou e-mail colonia.lazer@sinpeem.com.br



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

Avenida Santos Dumont, 596
CEP 01101-080
Ponte Pequena - São Paulo - SP
Fone 3329-4500
sinpeem@sinpeem.com.br

Para uso dos Correios

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____
Em ____/____/____ responsável

IMPRESSO ESPECIAL

9912252003/DR/SPM

SINPEEM

____CORREIOS____

